

# Alternativas para um país vulnerável

“Os termos de uma ação pública capaz, de uma economia enriquecedora, de um território reorganizado e de uma sociedade mobilizada estão explicados no livro, sabendo que isso é um contributo para abrir o debate, e não para o fechar”, sublinha ao **JL** o coordenador do novo relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas, agora publicado em volume, com o título *Como reorganizar um país vulnerável?*

■ *A Economia Política do Retrocesso: Crise, Causas e Objetivos*, foi o tema e título do 1º relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas. Agora, acaba de sair em livro o 5º relatório, *Como reorganizar um país vulnerável?* (chancela Actual, grupo Almedina, com o apoio da Fundação Gulbenkian), e a seu propósito, sobre o seu conteúdo e o próprio Observatório, ouvimos quem o coordenou e assina uma introdução na qual de certa forma se faz uma síntese dos 15 textos sobre os 15 'subtemas': José Reis.

Os autores destes 15 textos são: Ana Cordeiro Santos; Paulo Coimbra e João Rodrigues; Mª Clara Murteira; João Arriscado Nunes e Mauro Serapioni; João Ramos de Almeida, Ana Alves da Silva e José Castro Caldas; J. C. Caldas; Vitor Neves; José Reis; José António Bandeirinha; Ana Drago; Manuel Carvalho da Silva, Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa; Pedro Hespanha; Lina Coelho; Ana Paula Relvas, Gabriela Fonseca, Daniela Lourenço e Carlos Crespo; Ricardo Coelho.

José Reis, prof. catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de que foi diretor, investigador do CES e coordenador do referido Observatório sobre Crises e Alternativas, ensinou em universidades dos EUA, da Itália, do Brasil e da França, aqui com funções de direção na Maison des Sciences de l'Homme, em Paris. Com uma vasta obra publicada, foi ainda, designadamente, presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro e secretário de Estado do Ensino Superior. Colaborador do **JL**, recorde-se que na nossa edição de 30 de dezembro passado publicamos um ensaio seu sobre o último livro de Thomas Piketty.

**Jornal de Letras: Este é o quinto "relatório" do Observatório sobre Crises e Alternativas, tendo o primeiro sido publicado em 2014. Qual a génese do Observatório e porque foi criado?**

José Reis: O Observatório foi criado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, e é uma das suas unidades de investigação, integrado no CES-



José Reis "O que importa é que se assuma o compromisso de falar da vida, da nossa vida coletiva, como aqui fazemos"

Lisboa. Surgiu perante a urgência de estudarmos a crise aprofundada pela austeridade e de se compreender o tipo de economia política regressiva que estava a querer construir-se quando se quis limitar o Estado e a provisão pública, acelerar o endividamento público e contrair os rendimentos salariais. E quisemos fazer isso debatendo alternativas comprometidas com mais coesão social, maior capacidade económica e mais justiça social.

**Como está organizado e funciona o Observatório? Entende que tem atingido os seus objetivos?**

Temos um pequena equipa de investigadores dedicada, que articula os planos de atividades anualmente estabelecido com os múltiplos saberes do CES e "observa" através da produção de três tipos de publicações: Barómetros, dedicados a aspetos da evolução da conjuntura socioeconómica, aos problemas e às mudanças de curto prazo (publicamos 22); Cadernos, onde se estudam temáticas relevantes da estruturação do país (publicá-

mos 15); Relatórios, que originam livros como o que acaba de sair e que constituem análises de fundo sobre austeridade, financeirização, trabalho e emprego, habitação e agora reorganização em vista da pandemia. Tem atingido muito bem os seus objetivos.

**Como são escolhidos o tema geral, e os subtemas, a tratar, e divididos entre os diversos investigadores/ autores?**

O tema resulta tanto do que nos parece necessário estudar detidamente, como de trabalhos de investigação que alcançaram resultados relevantes. Procuramos identificar bem o que em dado momento é central na nossa vida coletiva.

**E como foi, concretamente, em relação a este relatório agora publicado?**

Escolheu-se, ainda ante da pandemia, um tema que nos parecia urgente. No caso tratava-se, em diferentes planos, das vulnerabilidades que achávamos que estavam a fragilizar o país. E a pandemia deu-lhe dramaticamente razão: o

país estava mesmo fragilizado. Há um ano reconvertimos rapidamente a lógica do texto, somando ao diagnóstico (o problema) uma proposta (a alternativa). E mudámos o título para assinalar a urgência de o país se repensar, recusando um regresso a um "normal" que já era pouco recomendável.

**Este relatório tem 15 capítulos, correspondentes a outros tantos subtemas. O que explica, por exemplo, que à "financeirização do Estado" sejam dedicadas 45 páginas e às "vulnerabilidades ambientais" 31?**

Pura lógica de escrita... Mas acontece também que somos académicos, estamos ligados a saberes especializados que consideramos relevantes para o debate público. Uma das inovações teóricas mais importantes na macroeconomia é a chamada Moderna Teoria Monetária. Os autores acharam bem trazer isso à discussão e mostram que "não há nada mais prático que a teoria". E eu também acho. Parece-me que fizeram isso muito bem. Embora à custa de umas páginas mais... Mas a leitura do livro pode ser seletiva, de acordo com as preferências de cada

leitor. Aquela abordagem mostra bem que temos um problema e uma alternativa quando falamos de poder e capacidade do Estado e de instrumentos de reorganização do país.

**Até que ponto a nova situação ou realidade provocada pela pandemia já se reflete nas análises feitas e nas alternativas propostas, em geral - para lá daqueles capítulos em que isso é mais evidente como, por exemplo, os relativos a saúde e sociedade, e a emprego e desemprego?**

Todos os capítulos assentam no binómio problema-alternativa e esta última teve deliberadamente em conta o que começou há um ano. Foi ainda em março de 2020 que reorganizámos o esquema do livro. Deixámos de lhe chamar *Vulnerabilidades: Retrato de um país frágil* e guiámo-nos pelo novo título.

**Tomando como "exemplo" o capítulo relativo a saúde e sociedade, dos que mais - ou o que mais - reflete uma situação atual, grave, em pleno desenvolvimento, não será pouco concluir com uma dúzia de linhas de "considerações finais" generalistas, sem propor nada de concreto?**

É razoável sugerir essa discussão. Acontece que o capítulo sobre saúde não é de especialistas de gestão hospitalar ou de médicos. E visou um objetivo muito concreto: mostrar que há questões pandémicas que serão problemas endémicos, persistentes e intermitentes; e que isso obriga a uma enorme reorganização de todo o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Passámos da reação da doença à prevenção. E do plano individual ao de toda a sociedade. Isso significa uma enorme prioridade à "recalibragem" do que o SNS faz e ao que está fora do próprio SNS: o trabalho, os modos de vida nas cidades e nos pequenos meios, a escola. A saúde nunca foi e muito menos o é agora uma questão técnica ou setorial. É também assim que os profissionais de saúde estão a discutir.

**O relatório tem como objetivo responder a uma pergunta, que é também o título deste livro: Como reorganizar um país vulnerável?**

**Há questões pandémicas que serão problemas endémicos, persistentes e intermitentes - e isso obriga a uma enorme reorganização de todo o SNS**

**Os preconceitos liberais são compreensíveis como ideologia, mas estão errados como solução para um país decente**

## Quais são os problemas de que partiram?

Uma síntese pode ser esta. Portugal tem um problema quanto ao papel do Estado, à provisão pública e à sua organização. Tem um problema no sistema produtivo e de emprego, pelos elevados níveis de dependência que revela face ao exterior e por estar assente em setores pouco criadores de valor, com salários baixos. Tem um problema na organização territorial interna. Um exemplo do primeiro problema é o que se passa com o financiamento da própria atividade pública, em que o Estado está sujeito e promove o poder ilegítimo dos mercados de capitais e das lógicas financeiras, “apertando” de modo insustentável o papel que devia ter na provisão de saúde, de educação, de habitação, para só referir isto. Um exemplo do segundo problema é o que se passou com a ansiedade com que pusemos “todas as fichas” no turismo e na criação de emprego em setores de salários baixos e, portanto, de baixa produtividade; junta-se o facto de mesmo as nossas exportações terem um elevado conteúdo importado, isto é, incluem importações prévias; cerca de 50 céntimos por cada euro que se exporta são importações. Em parte, reexportamos o que importamos antes.

## E quanto ao terceiro problema?

Exemplifica-se com o facto as cidades médias fora das áreas



‘Little Portugal’, em Londres

metropolitanas estarem todas fragilizadas, bloqueadas ou em recessão demográfica e de - originalmente, porque isso nunca tinha acontecido -, a Área Metropolitana de Lisboa ser a única região que concentra cada vez mais população, fazendo-o, perigosamente na sua periferia. Chamo a isto modelo unipolar. Na soma de tudo temos um exemplo claro quanto à falta de capacidade de inclusão da nossa e economia e da nossa sociedade: na última década 100 mil portugueses emigraram, em média, por ano. O facto de mais de metade ser emigração temporária só reforça a ideia de fragilidade e instabilidade interna.

**Na última década  
100 mil portugueses  
emigraram, em média,  
por ano. Mais de metade  
emigração temporária,  
o que só reforça a  
ideia de fragilidade e  
instabilidade interna**

## Para tais problemas, que alternativas?

O Estado pode e deve empurrar todas as margens de manobra possíveis no sentido de recuperar capacidade de ação pública. Agindo abertamente, como se está a fazer agora, no sentido de reconfigurar, reforçando, o SNS, a escola pública, a mudança ambiental, os serviços de cuidado às pessoas, ou ocupando lugar onde tem estado ausente - caso da habitação. Mas tem também a obrigação de ser ativo quebrando, através por exemplo da lógica de industrialização que promove e do apoio que dá às empresas, as fortes dependências da economia. A própria administração pública, hoje tão entregue a consultores e a escritório de advogados, pode e deve ser reforçada, porque tem um papel importante. Os preconceitos liberais são compreensíveis como ideologia, mas estão errados como solução para um país decente. Isso implica veemência no quadro europeu e agir-se para lá da “cartilha”, como se mostrou no governo anterior, quando se confrontou com a ortodoxia europeia e se iniciou uma recuperação, depois de devastação da austeridade.

## Então, na economia...

Na economia, há um desafio enorme, mas realizável, de reindustrialização baseada nos princípios ambientais da “economia cir-

cular”, contrariando o que não veem Portugal como mais do que uma plataforma para circulação de capitais e para transações que por aqui passam, mas não deixam raízes nem criam valor. No território, basta ter uma consciência clara de que a partir de cada cidade média ou de redes de proximidade de cidades médias há uma economia e uma sociedade a refazer no litoral centro, no Alentejo, em Trás-os-Montes, no Minho, no interior da região centro, no Algarve, tudo regiões hoje em perda. Os termos de uma ação pública capaz, de uma economia enriquecedora, de um território reorganizado e de uma sociedade mobilizada estão explicados no livro, sabendo que isso é um contributo para abrir o debate, e não para o fechar, sendo cada tema um início de conversa, pois há mais assuntos e haverá outras posições válidas. O que importa é que se assuma o compromisso de falar da vida, da nossa vida coletiva, como aqui fazemos. ■■



► José Reis (org.)

**COMO  
REORGANIZAR  
UM PAÍS  
VULNERÁVEL?**

Actual, 582 pp.,  
25,90 euros